

**SESSÃO PLENÁRIA DA CONVENÇÃO EUROPEIA  
BRUXELAS, 3 E 4 DE ABRIL**

**TEMA: ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA**

Intervenção do Representante Suplente do Governo, Manuel Lobo Antunes

Tópicos de Intervenção

- Em primeiro lugar gostaria de dizer que concordamos com a abolição dos pilares e a junção dos artigos relativos ao espaço de liberdade, segurança e justiça num único capítulo.
- Concordamos com a co-decisão e a votação por maioria qualificada nas matérias relativas ao controlo de fronteiras, asilo e imigração, o que permitirá avançar mais rapidamente nestes domínios fundamentais para a construção do espaço de liberdade, segurança e justiça;
- No **artigo 5º (cooperação operacional)** concordamos com a ideia de criar um comité permanente (para o reforço da cooperação operacional de carácter geral em matéria de segurança interna), o qual, numa lógica mais abrangente do conceito de segurança interna, deve também incluir a segurança das fronteiras e logo, as polícias de fronteiras;
- Quanto ao **Artigo 9.º (Controlo jurisdicional)** defendemos que a fiscalização da validade e proporcionalidade das operações efectuadas pelos serviços de polícia e a manutenção da ordem pública e de garantia de segurança interna não devem ser da competência do Tribunal de Justiça.
- No **artigo 10.º (Controlo de pessoas nas fronteiras)** propomos acrescentar um número 3 que transpõe para o Tratado Constitucional a cláusula de salvaguarda prevista no artigo 2º, n.º 2 da Convenção de Aplicação do Acordo de Schengen (que permite a reintrodução de controlos nas fronteiras internas por razões de ordem pública e segurança nacional);



---

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**

---

DIRECÇÃO-GERAL  
DOS  
ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

- Em matéria de **cooperação judiciária civil**, e especificamente no **artigo 14º** propomos que o conjunto do direito da família, incluindo a responsabilidade parental, seja, por agora, decidida por unanimidade, pois trata-se de matéria de particular sensibilidade;
- quanto à **cooperação judiciária em matéria penal ( artigos 15º, 16º, e 17º)** consideramos que se deve manter o procedimento legislativo actualmente em vigor;
- Para os **artigos 19º (Eurojust) e 22º (Europol)** propomos que as questões fundamentais dos órgãos de cooperação judiciária penal e policial (como a estrutura, funcionamento e domínio de acção) devem ser determinados por unanimidade.
- Quanto ao **artigo 20ª (Ministério Público Europeu)**, temos abertura para a criação deste novo órgão.
- No artigo **21º (Cooperação Policial)** propomos igualmente a votação por unanimidade, uma vez que as matérias propostas (como a recolha e tratamento de informações pertinentes) são o cerne da cooperação policial.